

# PGE de São Paulo usa inteligência artificial para agilizar procedimentos

29/03/2024

*\*Reportagem publicada no **Anuário da Justiça São Paulo 2024**, lançado nesta segunda-feira (18/3). A versão digital é gratuita, acesse pelo site do **Anuário da Justiça** ([clique aqui para ler](#)). A versão impressa está à venda na **Livraria ConJur** ([clique aqui](#)).*

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo trabalha para reduzir o número de processos em que é parte na Justiça, seja por meio de litigância estratégica seja por tentativas de acordo com quem deve ou sonega. Em 2022, tinha 2,6 milhões de ações judiciais em tramitação: 49,4% delas tratavam de demandas de servidores públicos; 8,8% de ações trabalhistas; e 8,1% de causas ambientais e imobiliárias. Em 2021, era parte em 2,3 processos.

Para impulsionar acordos, em julho de 2023, instituiu a Câmara de Conciliação da Administração Estadual, por meio da Resolução PGE 34/2023. O primeiro caso está sob análise. E, para reduzir a litigiosidade, fechou acordo institucional com o Superior Tribunal de Justiça, o que já resultou em redução de 10% no número de recursos enviados à corte. Ou porque deixou de interpor recurso ou porque desistiu de ações. “O acordo permite o compartilhamento de informações relevantes, por meio de um painel eletrônico fornecido pelo STJ, e a possibilidade de indicação, pela PGE-SP, de controvérsias com potencial de serem afetadas à sistemática de recursos repetitivos”, explica a procuradora-geral Inês dos Santos Coimbra, em entrevista ao **Anuário da Justiça**.



Anuário da Justiça São Paulo foi lançado na semana passada



Segundo a chefe da instituição, acordos como esse fortalecem as relações institucionais e, para além disso, podem contribuir com a prestação jurisdicional, por meio de uma litigância mais estratégica. “Estamos em tratativas para integrar os sistemas da PGE e os dos tribunais superiores, de modo a otimizar o trabalho do contencioso por meio de acesso direto aos autos judiciais, bem como peticionamento automático por meio do sistema interno de acompanhamento de processos”, adianta a procuradora.

A PGE-SP investe em inteligência artificial para leitura, classificação, sugestão de petição e encerramento de intimações. No Contencioso-Geral, das cerca de 20 mil intimações recebidas diariamente, 15% já têm sido triados por IA. A digitalização também auxilia na organização e geração de dados. Ainda há mais de 300 mil execuções fiscais estaduais em papel tramitando no estado de São Paulo, mas com a criação de núcleos de gestão digital e contratação de empresas especializadas, a meta é que todas as execuções fiscais estaduais tramitem de forma eletrônica até o final desta gestão.

Outro foco da gestão, com mandato até abril de 2024, é o Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal (Gaerfis). Em 2021 foram recuperados cerca de R\$ 1,3 bilhão diretamente aos cofres públicos. Em 2022, esse saldo passou de R\$ 1 bilhão. “Este montante será utilizado nos serviços públicos à população, como segurança, saúde, educação e assistência social”, explica.

Inês Coimbra explica que essa recuperação bilionária se deu por meio de compromissos de restabelecimento de pagamento de tributo, parcelamentos, transações tributárias homologadas, acordos de não persecução penal e bloqueios de ativos financeiros e de outros bens e direitos.

**DIREÇÃO** MANDATO: 26/4/2022-26/4/2024**PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**

Inês Maria dos Santos Coimbra

**PROCURADOR-GERAL ADJUNTO**

Caio Cesar Guzzardi da Silva

**CORREGEDOR-GERAL**

Anselmo Prieto Alvarez

Fábio Traboldi Gastaldo (**ADJUNTO**)**OUIDOR**

Eduardo José Fagundes

**SUBPROCURADORIAS-GERAIS DO ESTADO****CONSULTORIA-GERAL**

Alessandra Obara Soares da Silva

Julia Maria Plenamente Silva (**ADJUNTA**)**CONTENCIOSO-GERAL**

Bruno Lopes Megna

Juliana Campolina Rebelo Horta (**ADJUNTA**)**CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL**

Danilo Barth Pires

Thiago Oliveira de Matos (**ADJUNTO**)

Atualmente, o Gaerfis atua no âmbito do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira-SP), ao lado da Secretaria da Fazenda e Planejamento e do Ministério Público. Nessa parceria, 22 grupos econômicos foram monitorados. Entre eles, metalurgia, plásticos, borracha, barcos, refrigeração, bebidas, combustíveis, vestuário, cosméticos, produtos alimentícios e cigarros. “O Cira-SP também realizou ações específicas em outras 51 empresas. No total, a soma do crédito tributário envolvido superou R\$ 14 bilhões no ano de 2022”, afirmou.

A procuradora-geral destaca outra frente de trabalho na renegociação de dívidas. O Projeto de Lei 1.245/2023, **aprovado pela Assembleia Legislativa do estado**, visa criar um ambiente jurídico mais favorável à conformidade fiscal dos contribuintes com débitos inscritos em dívida ativa. “Teremos no estado novos modelos de transação tributária, com prazos de parcelamento mais dilatados, benefícios melhores do que os atuais e, ainda, um novo modelo de cobrança da dívida ativa”, relata a procuradora.

Para combater a fraude fiscal, a PGE-SP firmou acordo de parceria com a Procuradoria do Rio de Janeiro. A proximidade regional facilita que operações sejam feitas em conjunto. Outros termos de cooperação estão recebendo ajustes finais, a exemplo daquele com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A PGE-SP conseguiu emplacar nos tribunais superiores teses importantes para a instituição. Uma delas foi na Ação Civil Originária 3.590, no Supremo Tribunal Federal, que permitiu ao estado efetuar, a partir de agosto de 2022, a compensação das parcelas do contrato de dívidas com a União com a perda de arrecadação do ICMS incidente sobre gasolina, energia elétrica e comunicações. Essa mudança é decorrente das Leis Complementares 192/2022 (que zerou a cobrança do PIS e da Cofins sobre combustíveis) e 194/2022 (que visa combater a elevação de preços de bens considerados essenciais).

Por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.009, a PGE-SP conseguiu nova leitura da Lei estadual 16.260/2016. O texto autoriza a concessão à iniciativa privada da exportação de serviços ou do uso de bens imóveis do estado, mas não havia o cuidado de proteger terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, remanescentes quilombolas e demais comunidades tradicionais, que, agora, devem ser consultadas antes dessa concessão.

Inês Coimbra acompanha com interesse a tramitação da Reforma Tributária no Congresso Nacional e diz que a PGE paulista está empenhada em colaborar com o aperfeiçoamento do texto.

O fator humano também está nos planos de metas da PGE. Foi autorizado concurso para a contratação de novos 135 procuradores do estado. Há ainda projeto de criação de uma carreira de apoio.

**DIREÇÃO** MANDATO: 26/4/2022-26/4/2024**PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**

Inês Maria dos Santos Coimbra

**PROCURADOR-GERAL ADJUNTO**

Caio Cesar Guzzardi da Silva

**CORREGEDOR-GERAL**

Anselmo Prieto Alvarez

Fábio Traboldi Gastaldo (**ADJUNTO**)**OUIDOR**

Eduardo José Fagundes

**SUBPROCURADORIAS-GERAIS DO ESTADO****CONSULTORIA-GERAL**

Alessandra Obara Soares da Silva

Julia Maria Plenamente Silva (**ADJUNTA**)**CONTENCIOSO-GERAL**

Bruno Lopes Megna

Juliana Campolina Rebelo Horta (**ADJUNTA**)**CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL**

Danilo Barth Pires

Thiago Oliveira de Matos (**ADJUNTO**)**DIREÇÃO** | MANDATO: 26/4/2022-26/4/2024

**PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**  
**Inês Maria dos Santos Coimbra**  
Nascida em 11/11/1977.  
Procuradora do Estado desde 2004, atuou em regulamentação fundiária e imobiliária, concessões e permissão pública privadas. É mestra em Direito do Estado pela PUC-SP, onde é professora de Direito Administrativo.  
@inestp@sp.gov.br  
@ppgep@sp.gov.br



**PROCURADOR-GERAL ADJUNTO**  
**Caio Cesar Guzzardi da Silva**  
Nascido em 1978. Procurador do Estado desde 2006, foi procurador-geral adjunto também em 2018. Foi presidente da Associação dos Procuradores do Estado (APEPS), integrou o Conselho Nacional da Advocacia Pública da OAB. É mestre e doutor em Direito Constitucional.  
@ccs@sp.gov.br  
@ccsiv@sp.gov.br



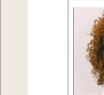
**CORREGEDOR-GERAL**  
**Fábio Traboldi Gastaldo**  
**Bianco 2023-2025**  
Ingressou na PGE-SP em 2004. É bacharel em Direito pela Faculdade de São Bernardo e pós-graduado em Direito Administrativo pela FGV.  
@fgv@sp.gov.br  
@traboldi@sp.gov.br



**OUIDOR**  
**Eduardo José Fagundes**  
Nascido em 21/01/1966.  
É procurador do Estado desde 1994. Foi chefe da Procuradoria Fiscal, onde promoveu a implantação do Seter de Inteligência Fiscal. Foi juiz substituto do TIT (2010-2017). Desde 2018 atua na Coordenação de Administração. É bacharel em Direito pela USP.  
@euf@sp.gov.br  
@jgaguiar@sp.gov.br



**SUBPROCURADORA-GERAL DA CONSULTORIA-GERAL**  
**Alessandra Obara Soares da Silva**  
Nascida em 02/11/1979. Ingressou na PGE em 2004. É doutora em Administração Pública pela FGV (2005) e mestre em Direito do Estado pela PUC-SP.  
@aobara@sp.gov.br  
@aobara@sp.gov.br



**SUBPROCURADORA-GERAL DA CONSULTORIA-GERAL**  
**Julia Maria Plenamente Silva**  
Nascida em 11/11/1977. Ingressou na PGE em 2004. É doutora em Administração Pública pela FGV (2005) e mestre em Direito do Estado pela PUC-SP.  
@jmaria@sp.gov.br  
@jmaria@sp.gov.br

**DIREÇÃO** | MANDATO: 26/4/2022-26/4/2024

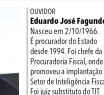
**PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**  
**Inês Maria dos Santos Coimbra**  
Nascida em 11/11/1977.  
Procuradora do Estado desde 2004, atuou em regulamentação fundiária e imobiliária, concessões e permissão pública privadas. É mestre em Direito do Estado pela PUC-SP, onde é professora de Direito Administrativo.  
@inestp@sp.gov.br  
@ppgep@sp.gov.br



**PROCURADOR-GERAL ADJUNTO**  
**Caio Cesar Guzzardi da Silva**  
Nascido em 1978. Procurador do Estado desde 2006, foi procurador-geral adjunto também em 2018. Foi presidente da Associação dos Procuradores do Estado (APEPS), integrou o Conselho Nacional da Advocacia Pública da OAB. É mestre e doutor em Direito Constitucional.  
@ccs@sp.gov.br  
@ccsiv@sp.gov.br



**CORREGEDOR-GERAL**  
**Fábio Traboldi Gastaldo**  
**Bianco 2023-2025**  
Ingressou na PGE-SP em 2004. É bacharel em Direito pela Faculdade de São Bernardo e pós-graduado em Direito Administrativo pela FGV.  
@fgv@sp.gov.br  
@traboldi@sp.gov.br



**OUIDOR**  
**Eduardo José Fagundes**  
Nascido em 21/01/1966.  
É procurador do Estado desde 1994. Foi chefe da Procuradoria Fiscal, onde promoveu a implantação do Seter de Inteligência Fiscal. Foi juiz substituto do TIT (2010-2017). Desde 2018 atua na Coordenação de Administração. É bacharel em Direito pela USP.  
@euf@sp.gov.br  
@jgaguiar@sp.gov.br



**SUBPROCURADORA-GERAL DA CONSULTORIA-GERAL**  
**Alessandra Obara Soares da Silva**  
Nascida em 02/11/1979. Ingressou na PGE em 2004. É doutora em Administração Pública pela FGV (2005) e mestre em Direito do Estado pela PUC-SP.  
@aobara@sp.gov.br  
@aobara@sp.gov.br



**SUBPROCURADORA-GERAL ADJUNTA**  
**Julia Maria Plenamente Silva**  
Nascida em 11/11/1977. Ingressou na PGE em 2004. É doutora em Administração Pública pela FGV (2005) e mestre em Direito do Estado pela PUC-SP.  
@jmaria@sp.gov.br  
@jmaria@sp.gov.br

**ANUÁRIO DA JUSTIÇA SÃO PAULO 2023 | 2024****13ª Edição**

ISSN: 2179244-5

**Número de páginas:** 332**Versão impressa:** R\$ 50, pré-venda na [Livraria ConJur](#)**Versão digital:** disponível gratuitamente, a partir de 18 de março de 2024, no app “Anuário da Justiça” ou pelo site [anuario.conjur.com.br](http://anuario.conjur.com.br)**Anunciaram nesta edição:**

Abreu Sampaio Advocacia  
Adilson Macabu e Nelson Pinto Advocacia  
Advocacia Rubens Ferreira e Vladimir Oliveira da Silveira  
Antonio de Pádua Soubhie Nogueira Advocacia  
Apamagis – Associação Paulista de Magistrados  
Areosa, Martins, Tavares Advogados  
Arruma Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica  
Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia  
Basilio Advogados  
Bialski Advogados Associados  
Bottini & Tamasauskas Advogados  
Caselli Guimarães Advogados  
Cesa – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados  
D’Urso & Borges Advogados Associados  
Décio Freire Advogados  
Dias de Souza Advogados  
Fernando José da Costa Advogados  
Fidalgo Advogados  
Fontes Tarso Ribeiro Advogados Associados  
Fux Advogados  
Guimarães Bastos Advogados  
Heleno Torres Advogados  
Hesketh Advogados  
JBS S.A.  
Laspro Consultores  
Leite, Tosto e Barros Advogados  
Lemos Jorge Advogados Associados  
Lollato, Lopes Rangel, Ribeiro Advogados  
Machado Meyer Advogados  
Marsaioli & Marsaioli Advogados Associados  
Martins, Franco e Teixeira Sociedade de Advogados  
Mesquita Ribeiro Advogados  
Milaré Advogados  
Moraes Pitombo Advogados  
Multiplan  
Oliveira Alves Advogados  
Oliveira Lima & Dall’Acqua Advogados  
PX Ativos Judiciais  
Pardo Advogados & Associados  
PMA – Penna Marinho Advogados  
Regis de Oliveira, Corigliano e Beneti Advogados Associados  
RMS Advogados – Rocha, Marinho e Sales  
Sergio Bermudes Advogados  
Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados



Tojal Renault Advogados  
Warde Advogados  
Zanetti e Paes de Barros Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mar-29/pge-de-sao-paulo-usa-inteligencia-artificial-para-agilizar-procedimentos/>